

Notícias Sindicais, 05/02/14

Portal da CUT

FENAJ prorroga inscrição de teses e delegações para 36º Congresso Nacional dos Jornalistas

04/02/2014

Marcado para os dias 2 a 6 de abril, encontro terá discussão sobre Democratização da Comunicação
Escrito por: FENAJ

Marcado para os dias 2 a 6 de abril, em Maceió (AL), o 36º Congresso Nacional dos Jornalistas está no centro das agendas dos sindicatos da categoria. Vários deles organizam seus Congressos estaduais ou Encontros preparatórios para março. A Executiva da FENAJ prorrogou o prazo de envio de teses e inscrição de delegações ao evento nacional até o dia 17 de março.

Bianual, o Congresso Nacional dos Jornalistas - instância máxima de deliberações do movimento sindical da categoria - geralmente é realizado no segundo semestre de cada ano. Em função da situação excepcional da realização da Copa do Mundo de 2014, além da eleição no Brasil, o Congresso de Alagoas, com o tema central "O Jornalista, o Jornalismo e a Democracia", foi antecipado para o primeiro semestre.

O evento será aberto no dia 2 de abril, às 20h30, com a conferência sobre o tema central. Na mesma data, durante o dia, acontece o I Encontro Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial (I Enjira) e a reunião ampliada da Comissão da Verdade instituída pela FENAJ com as comissões estaduais instituídas pelos sindicatos.

Ao todo, o congresso terá seis painéis, com os temas "O futuro do passado do jornalismo", "A crise do mau jornalismo", "Jornalismo novo ou novas plataformas", "Defesa do trabalho, defesa da democracia", "Regular para democratizar" e "O jornalismo e a democracia contemporânea".

Também haverá quatro Rodas de Conversa, abordando temas como: Ética jornalística e democracia; O poder feminino nas redações; Novas diretrizes curriculares e estágio em jornalismo; e Jornalismo investigativo – ferramentas e conflitos éticos na apuração.

As oficinas, num total de seis, tratarão de assuntos como: Qualidade da imagem e o imediatismo da notícia; Apuração e texto final no webjornalismo; Os limites da lei na cobertura eleitoral; Jornalismo no rádio; Assessoria de imprensa e redes sociais; e Jornalismo esportivo – a logística de um repórter na Copa do Mundo.

Entre os palestrantes confirmados constam nomes como o do ministro dos Esportes, Aldo Rebelo; do presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Nelson Breve; do sociólogo francês Dominique Wolton; do jornalista Alberto Dines, do Observatório da Imprensa; dos professores e jornalistas Eduardo Meditsch, da UFSC, Juremir Machado, da PUC/RS, Fábio Fernandes e Pollyana Ferrari (da PUC/SP e ECA/USP, respectivamente) e do experiente repórter fotográfico Juca Varela.

Congressos e teses

Grande número de Sindicatos dos Jornalistas optaram por realizar seus congressos estaduais para eleição de delegados e aprovação de teses ao 36º CNJ nos dias 8 e 9 de março. São os casos, por exemplo, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Município do Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, o Congresso Estadual está confirmado para o dia 15 de março. No Distrito Federal o evento será dias 14 e 15.

Nos próximos dias a FENAJ encaminhará aos Sindicatos as teses guias para o processo deliberativo nas plenárias do 36º CNJ. Os Sindicatos poderão emendá-las ou propor suas substituições com teses aditivas, supressivas ou substitutivas, bem como apresentar novas teses (avulsas) que não estejam contempladas nas teses guia. Todas, porém, deverão passar por prévia deliberação de Congressos, Encontros ou assembleias da categoria. Não serão aceitas teses individuais de delegados ou observadores. O prazo final para inscrição de teses e delegados é o dia 17 de março.

Inscrições

Jornalistas, professores e estudantes de jornalismo já podem fazer inscrição no site do Congresso. No espaço virtual, os interessados também poderão encontrar informações gerais sobre o evento.

<http://36congressojornalistas.com/>

Portal da CUT

Piauiense ganha R\$ 1,2 milhão de indenização após acidente de trabalho no Maranhão

04/02/2014

Terceirizado, eletricitista teve danos irreparáveis; empresa alegou culpa exclusiva da vítima
Escrito por: TRT Piauí

O Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT Piauí) condenou a empresa B&Q Eletrificação e a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) ao pagamento de R\$ 1.250.000,00 de indenização a um trabalhador que perdeu parte do braço esquerdo e a perna direita em um acidente de trabalho. Com o acidente, o trabalhador ficou totalmente incapacitado de exercer qualquer atividade sozinho.

O caso aconteceu quando o operário realizava reparo em linha de alta tensão que se localizava em povoado do Município de Coelho Neto (MA) e sofreu um forte choque elétrico. Ele trabalhava para a empresa B&Q Eletrificação LTDA, que prestava serviços terceirizados para a Companhia Energética do Maranhão, na função de eletricista de manutenção. Como consequências do acidente, o trabalhador teve a amputação da mão esquerda, antebraço esquerdo e da perna direita.

Na primeira instância, a juíza da 4ª Vara do Trabalho de Teresina condenou as empresas ao pagamento de R\$ 600 mil por danos materiais, R\$ 150 mil por danos morais e mais R\$ 50 mil por danos estéticos. Contudo, ambas as partes recorreram ao TRT/PI, sendo que o trabalhador pediu a majoração da indenização, tendo em vista a gravidade das lesões, o poder econômico das empresas e a essência punitiva e pedagógica da medida.

A empresa B&Q, no entanto, alegou culpa exclusiva da vítima, dizendo que ele deixou de executar procedimentos de segurança, a fim de prevenir acidentes, faltando-lhe atenção ao laborar em rede elétrica energizada. A empresa afirmou que o acidente foi ocasionado porque o reclamante se desviou de suas atribuições sem a autorização e que a ausência de culpa lhe isenta de qualquer responsabilidade.

Da mesma forma, a Cemar argumentou que a teoria da responsabilidade subjetiva se aplica ao caso e que, ausente a culpa das empresas, não há razão para a obrigação indenizatória por danos materiais, morais e estéticos. O desembargador Fausto Lustosa Neto, relator do recurso no TRT, observou que um laudo pericial apontou que o reclamante está incapacitado total e definitivamente para o trabalho e mesmo para as atividades diárias como higiene, alimentação, vestuário e outras, necessitando permanentemente de cuidados de terceiros.

Para o desembargador, os depoimentos contidos nos autos confirmam que o autor não estava apto para trabalhar como eletricista de plantão e realizar reparos em linhas energizadas de alta tensão, uma vez que não havia passado por curso de qualificação e nem utilizava equipamentos de proteção individual. "Assim, é irrefutável a verificação de acidente do trabalho que vitimou o demandante, bem como o nexo causal entre o acidente e o labor prestado em benefício das reclamadas", frisou.

Dessa forma, o relator manteve a condenação por danos materiais, levando em consideração a idade da vítima na data do acidente (25 anos e sete meses), bem como a expectativa de sobrevivência de 51 anos. O cálculo foi feito tomando como base 670 meses (incluindo as gratificações natalinas) sobre o valor da média remuneratória à época – R\$ 895,53, o que resulta no valor de R\$ 600.000,00.

Já quanto os danos estéticos, o desembargador aumentou o valor de R\$ 50 mil para R\$ 150 mil. Para danos morais, o valor foi majorado de R\$ 150 mil para R\$ 500 mil. "Considerando as peculiaridades do caso, entende-se que o valor arbitrado na sentença a título de danos morais e estéticos não atendem, sendo pertinente a majoração dos valores, em atenção às finalidades reparatória e pedagógica da medida", finalizou.

O valor total da indenização foi de R\$ 1.250.000,00. O voto foi seguido por unanimidade pelos desembargadores da 2ª Turma do TRT Piauí.

Portal da CUT

CUT-PE: Debate sobre sindicalização e certificado digital tem presença do secretário Jacy Afonso

04/02/2014

Sindicalista aponta que a CUT busca expandir o número de novos trabalhadores filiados para 8.000 milhões em 2014

Escrito por: Sofia Melo - CUT/PE

Nessa quinta-feira (30), a Central Única dos Trabalhadores de Pernambuco (CUT-PE) promoveu uma Plenária Sindical, onde reuniu representantes dos (as) trabalhadores (as) de diversas regiões do Estado. O objetivo foi discutir a Campanha Nacional de Sindicalização e a Certificação Digital aos sindicatos filiados.

Com auditório da Central lotado, o secretário geral da CUT-PE, Paulo Rocha, deu "as boas-vindas" ao abrir a mesa de abertura. O debate foi iniciado pelo secretário de Organização e Política Sindical da CUT Nacional, Jacy Afonso, que lembrou que "a liberdade e autonomia sindical são referências da formação cutista". O dirigente ainda destacou a importância da Central no cenário de

luta pela consolidação da democracia brasileira, em prol da garantia de direitos da classe trabalhadora.

Antes de explicar sobre os temas da Plenária Sindical, Jacy Afonso rememorou a história da conjuntura política internacional e nacional na conquista por melhores condições de trabalho. "Um dos marcos dessa trajetória, a Convenção 87 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), de 1948, reconhece a liberdade sindical e a obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas do trabalho. Há também a Constituição Brasileira de 1988, que há 25 anos deu início ao período mais longo de democracia política no Brasil, em que as instituições democráticas, como a CUT, puderam crescer e se consolidar", destacou o secretário Nacional.

Direitos trabalhistas

Em relação à Campanha Nacional de Sindicalização, o secretário Jacy Afonso apontou que a CUT busca expandir o número de novos trabalhadores filiados para 8.000 milhões em 2014. "É preciso que cada cidadão(ã) perceba o valor do seu sindicato de base, pois é através dele que é possível conquistar as reivindicações que estão previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre elas, o décimo terceiro salário, vale de transporte, o aumento do salário mínimo, ticket de alimentação. Além de outros benefícios, como a redução da jornada de trabalho, que foram conseguidos pela atuação dos sindicatos em conjunto com CUT", ressaltou.

Sobre a Certificação Digital, que está em vigor desde 02 de abril de 2013, os representantes das entidades sindicais foram orientados da obrigatoriedade de todas as solicitações realizadas eletronicamente via internet no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES. "A iniciativa é positiva, pois traz mais segurança e transparência para a tramitação de documentação referente a registro sindical no Ministério do Trabalho e Emprego, e já é parte das mudanças da nova portaria do MTE, explicou Jacy Afonso.

Certificação

Para solicitar a certificação digital, a entidade deve acessar o site do Banco do Brasil [neste link](#) e fazer um pré-cadastro. Na sequência, a entidade deverá entrar em contato com a CUT Nacional, através do e-mail registrosindical@cut.org.br, para que a Secretaria de Organização possa encaminhar os equipamentos necessários para a instalação e uso do programa de certificação, que são: CD de instalação, cartão magnético e token (unidade leitora do cartão a ser conectado no computador).

O secretário de Política Sindical da CUT Nacional, Jacy Afonso, finalizou sua participação ao informar que já estão disponíveis a versão digital do [Manual de Registro Sindical e Alteração Estatutária](#) e a [Cartilha sobre Atualização Sindical](#), feitas para auxiliar os sindicatos no processo de registro e atualização sindical a partir das novas regras da Portaria 326 do MTE, que altera os procedimentos para solicitação de pedido de registro e alteração estatutária de sindicatos.

10 de fevereiro

Na sequência, o presidente da CUT-PE, Carlos Veras, aproveitou a oportunidade para informar que a Plenária terá sequência no próximo dia 10 de fevereiro. "As atividades de debate sobre o universo do trabalho contará na próxima edição da participação do secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Messias Melo", revelou o dirigente.

Participaram do evento as entidades sindicais dos Metalúrgicos, dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, das Indústrias Têxtil de Ipojuca, dos Trabalhadores de Limpeza Pública, dos Servidores Públicos Cíveis, dos Portuários, dos Marceneiros, dos Servidores Públicos de Gravatá, dos Rodoviários, das Indústrias Químicas, das Domésticas, dos Trabalhadores em Telecomunicações, dos Bancários, dos Trabalhadores em Educação, dos Vigilantes e do Movimento de Classes.

Portal da CUT

Metalúrgicos do ABC iniciam processo eleitoral neste domingo (9)

04/02/2014

Categoria tem cem mil na base e elegerá representantes dos Comitês Sindicais de Empresa.

"Momento fundamental para fortalecer o modelo de representação do Sindicato", diz presidente

Rafael Marques

Escrito por: Tribuna Metalúrgica - SMABC

O processo eleitoral dos metalúrgicos do ABC terá início no próximo domingo (9) com a Assembleia Eleitoral da categoria no Sindicato, em São Bernardo do Campo, a partir das 10h. "Um processo democrático, aberto e transparente" segundo Rafael Marques, presidente da entidade.

O processo eleitoral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é realizado a cada três anos, em dois turnos dentro das fábricas e elege cerca de 300 trabalhadores/as para atuar nos CSEs. Desses/as 300 eleitos/as saem a Executiva da Direção e o conselho.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tem mais de 100 mil trabalhadores/as em sua base. Atualmente tem cerca de 80 Comitês Sindicais de Empresa, os chamados CSEs, que representam mais de 80% do total da categoria, mas deve ampliar este número para 90.

Presidente - "Nosso estatuto é aberto e está no site do Sindicato (www.smabc.org.br), permitindo o acesso a todo/a metalúrgico/a e qualquer alteração só pode ser feita em congresso ou assembleia da categoria", afirma o dirigente.

Segundo ele, isso torna a eleição um momento rico para debater novos temas, ouvir a base e para que a categoria dê mais uma vez o respaldo necessário à sua entidade e a seus dirigentes.

"É um momento especial e fundamental para validar nossas políticas, projetar novas ideias e fortalecer o modelo de representação no local de trabalho dos metalúrgicos do ABC, que melhora as condições de trabalho e leva a democracia para dentro das fábricas".

Segundo ele, educação, comunicação, trabalho e cidadania são os principais pilares do projeto dos Metalúrgicos do ABC. "Esse projeto visa promover a igualdade, com mais oportunidades para os mais pobres, aos trabalhadores e é alinhado às transformações que o Brasil vem assistindo de maneira muito intensa, desde a eleição de Lula à Presidência da República".

Processo - Democratizar, formar militantes e fazer com que a atual direção se renove cada vez mais, não só com pessoas, mas com ideias. A definição sobre a instauração do processo eleitoral dos representantes dos Comitês Sindicais de Empresa é do secretário-geral do Sindicato, Wagner Santana, o *Wagnão*.

"Os Comitês são o resultado de uma prática da categoria que começou nos anos 1980 com as comissões de fábrica", explicou o dirigente,

Levar democracia ao local de trabalho por si só já é um caminho para a transformação, com espaço para o debate, dando voz ao trabalhador e que também passou a ser a grande marca do Sindicato, por conta desta conexão que a direção tem com a base".

De acordo com Rafael, na eleição deste ano, o Sindicato ampliará o número de Comitês Sindicais de Empresa, os CSEs. "Além disso, diz ele, o Sindicato tem capacidade de desenvolver ideias e políticas novas, como todo trabalho desempenhado na constituição do novo Regime Automotivo, o Inovar-Auto, e da política industrial traduzida no Plano Brasil Maior.

A recém-inaugurada Escola Livre de Formação Integral Dona Lindu, de acordo com o presidente do SMABC, também faz parte dessas transformações, em um ambiente de qualificação profissional, com mais cidadania para o Brasil.

"Debater a sociedade com os trabalhadores e, principalmente, com os jovens que estão hoje nas fábricas é papel do Sindicato. Apostamos muito em formação, a Escola é parte disso, os vários cursos de formação que fazemos para a categoria são parte disso".

Comunicação para todos - "A comunicação dentro do projeto do Sindicato é fundamental para essa dinâmica de transformação do Brasil. Para isso é essencial a democratização dos meios de comunicação que hoje estão concentrados na mão de grandes grupos que promovem uma visão de sociedade que nós não compartilhamos".

Uma visão de integração do Brasil no mundo subordinada ao interesse neoliberal, capitaneado pelos Estados Unidos.

Em contraponto a isso, a TV dos Trabalhadores, a TVT, tem o objetivo de criar uma polarização forte e divulgar as transformações, vinculadas aos movimentos sociais e sindical.

Por isso, estamos sempre apresentando ideias para a categoria que deixam claro quem nós somos, qual é o nosso projeto, de onde viemos e o que podemos ou não fazer, enquanto classe e enquanto dirigentes.

Temos que inovar para a categoria. O conceito da inovação vai ser um tema fundamental para o futuro das ações no Brasil.

Pensar coisas novas. É isso que a gente quer levar para a companheirada. Contem sempre com esta direção, que nunca vai deixar de trabalhar fortemente pelo bem estar da categoria como um todo".

Comitês - Democratizar, formar militantes e fazer com que a atual direção se renove cada vez mais, não só com pessoas, mas com ideias. A definição sobre a instauração do processo eleitoral dos representantes dos Comitês Sindicais de Empresa, os CSEs, é do secretário-geral do Sindicato, Wagner Santana, o *Wagnão*.

"Os Comitês são o resultado de uma prática da categoria que começou nos anos 1980 com as comissões de fábrica", explicou o dirigente, convocando toda a base para a assembleia do próximo domingo, às 10h, na Sede, para dar o pontapé inicial no processo.

Informações publicadas na *Tribuna Metalúrgica*, jornal diário do SMABC

O ministro da Previdência, Garibaldi Alves, afirmou, em entrevista ao "Portal IG", que a discussão a respeito do fator previdenciário não deve ser retomada antes de 2015. Questionado se no ano que vem haveria um compromisso do governo em extinguir essa herança do governo FHC, ele foi evasivo e preferiu jogar a responsabilidade sobre o Congresso Nacional.

Em 2010, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve a oportunidade de acabar com o fator, após receber aval da Câmara dos Deputados. No entanto, isso não foi feito e coube à presidenta Dilma Rousseff tratar do assunto. Passados mais de três anos, tudo segue inalterado – e sem qualquer perspectiva de mudança positiva para a classe trabalhadora.

Desde a implantação do fator, em 1999, a redução média no valor das novas aposentadorias foi de 0,5% ao ano, com exceção de dezembro de 2003, quando o IBGE mudou a metodologia de cálculo e o confisco ficou em 11,6%, na média.

Apesar da pressão das forças conservadoras e da intransigência do governo, a CTB e demais centrais sindicais não abrem mão da luta pelo fim do fator previdenciário, que motivou uma nova manifestação unitária do movimento sindical em 12 de novembro e terá novos desdobramentos em 2014. "Não vamos permitir a continuidade do arrocho das aposentadorias, uma covardia contra a classe trabalhadora perpetrada por FHC, que chamou os aposentados de 'vagabundos', e até agora perpetuada por seus sucessores", afirma Adilson Araújo, presidente nacional da CTB.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista de Garibaldi Alves:

Quando ocorrerá a substituição do fator previdenciário por uma outra ferramenta que consiga fazer com que o brasileiro postergue a aposentadoria?

Já houve várias tentativas no sentido de encontrar uma solução para esse problema que decorre do fato de nós não termos uma idade mínima para a aposentadoria. O fator previdenciário veio para procurar equilibrar essa situação, mas é certo que terminou sendo alvo de muitas queixas dos aposentados, sobretudo porque não há uma transparência maior nesses cálculos, eu diria não há uma divulgação de como se calcula esse fator previdenciário. Ele foi criado para adiar o momento da aposentadoria mas isso não funcionou porque as pessoas se aposentam e voltam a trabalhar para complementar a renda. Estamos sempre discutindo com o Legislativo uma alternativa porque o fator previdenciário foi responsável pela economia de R\$ 44 bilhões aos cofres públicos. Essa economia viria da idade mínima.

E qual a idade mínima que se considera nesse cálculo?

A alternativa que se mostrou mais viável, mas que não encontrou consenso no Congresso, seria a soma da idade com o tempo de contribuição. Uma média que daria a fórmula 85/95 [para obter aposentadoria integral, a soma do tempo de contribuição e da idade teria de ser igual ou maior a 85, para mulheres, e 95, para os homens]. Mas o que é certo é que não houve ainda esse consenso.

E essa solução vem neste ano ou no próximo governo Dilma?

Eu não acredito, infelizmente, que possa ser encontrada uma solução este ano porque este é um ano eleitoral. Você sabe que isso reduz o tempo de atividade dos parlamentares, e é um consenso que em ano de eleição se torna mais difícil, porque além de o problema não ser fácil, é um ano que as paixões políticas se desencadeiam.

Enquanto não se consegue eliminá-lo, a Previdência estuda mudar a fórmula do fator - por exemplo, o método de cálculo da expectativa de vida?

O Executivo não tem estudado nesse viés. Não há como compatibilizar esses estudos com a legislação atual. O fator previdenciário é realmente lei, então ele teria de passar por uma discussão no Congresso. Há inclusive aspectos constitucionais.

Num próximo governo, caso o senhor continue ministro, compromete-se com estabelecer uma carência para pensão por morte ou acabar com o fator previdenciário?

Eu confesso a você que como ministro eu pretendia fazer com que essa discussão ocorresse no Congresso e pudéssemos aprovar matérias que viessem a contribuir para debelar o déficit, mas eu tenho que ser humilde e reconhecer que o ano não é fácil para isso.

E a partir de 2015?

É sempre uma interrogação.

Com informações do IG

Portal da Força Sindical

Aposentado que segue trabalhando perde direitos

Despido dos seus direitos. É assim que fica o trabalhador que se aposenta e continua a trabalhar e a contribuir com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em relação a facilidades que qualquer trabalhador na ativa tem, como, por exemplo, o direito ao auxílio-doença.

De acordo com o INSS, uma vez aposentada, a pessoa perde o direito a receber outros auxílios que lhe são garantidos durante o período de contribuição, mesmo que continue a trabalhar e

a contribuir, pois ela já recebe a aposentadoria. É como se a aposentadoria blindasse o trabalhador de receber outros benefícios.

"O aposentado que continua a trabalhar é obrigado a continuar a contribuir com a Previdência. Ele não tem a opção de ser contratado e não contribuir. Mesmo assim, não tem acesso aos mesmos benefícios", diz a presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Jane Berwanger. "Isso causa bastante desconforto e até indignação entre os trabalhadores."

A situação clássica é a da pessoa que se aposentou e continuou a trabalhar e a contribuir e acaba sofrendo um acidente de trabalho. Mesmo nesse caso, ele não terá o direito de receber nada além da aposentadoria que já recebe. Por exemplo, se tem benefício de R\$ 1.500 e salário de R\$ 2.000, terá de viver só com os R\$ 1.500 da aposentadoria durante seu afastamento – caso supere 15 dias. Enquanto que, um colega que tivesse a média salarial de R\$ 2.000, e não fosse aposentado, receberia 91% da sua média salarial, o que daria nesse caso R\$ 1.820.

É interessante notar que o direito à reabilitação para outra função para quem se acidenta no trabalho é garantido pelo INSS. "Para quem já está aposentado, essa possibilidade é bem pouco realista."

Além disso, dependendo do que aconteceu com o funcionário, ele perde também o direito à estabilidade no emprego. "Se a regra da Previdência for levada à risca, a estabilidade de um ano só existe se houver o recebimento de auxílio. Como o aposentado não recebe nada, ele fica fora da estabilidade", explica a presidente do instituto. "Em relação à Previdência, a matéria é pacífica. Em termos de Direito Trabalhista, essa situação gera controvérsias. Mas, na maior parte dos casos, o julgamento é de que a pessoa teria direito à estabilidade mesmo sem afastamento", diz Jane. "Seja como for, o trabalhador fica no prejuízo porque terá de discutir isso na Justiça, esperar por anos e pagar advogado."

Mesmo assim vale a pena pedir o benefício para investir a grana

Em relação à cobertura de situações inesperadas prestadas pela Previdência, como auxílio-doença ou auxílio-acidente, a aposentadoria para quem quer se manter no mercado de trabalho pode não ser um bom negócio. Apesar disso, os especialistas em Direito Previdenciário continuam a recomendar aos trabalhadores que peguem seu benefício assim que completarem os requisitos para que ele seja concedido.

"Continuar a trabalhar para diminuir os efeitos do fator previdenciário não compensa, porque a diferença é muito pequena", opina a presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) Jane Berwanger. "O trabalhador que se aposenta e continua trabalhando deve ser esperto com seu planejamento financeiro", diz Jane. "Se ele investir o dinheiro que recebe do INSS, rapidamente compensa a diferença de valor provocada pela idade menor no momento da aposentadoria." Por exemplo, um trabalhador que ganha R\$ 3.000, se aposenta e começa a receber o benefício de R\$ 1.500. Em vez de aumentar o seu orçamento para R\$ 4.500, ele passa a guardar R\$ 1.500 e a receber juros sobre esse valor.

Portal da Força Sindical

Volks pagará R\$ 1 milhão por terceirização ilícita

A Volkswagen do Brasil e a empresa SG Logística Ltda. foram condenadas, respectivamente, em R\$ 1 milhão e R\$ 100 mil por dano moral coletivo por terceirização irregular e jornada excessiva na fábrica de motores de São Carlos (SP). A montadora alemã e a prestadora de serviços tiveram seus recursos negados pela 8ª Câmara do Tribunal Regional.

A decisão mantém a sentença de primeira instância em processo impetrado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizado em 2009.

Segundo o desembargador Hamilton Scarabelim, relator do caso, "o abastecimento de linha de produção não pode ser tida como mera atividade-meio, pois não é acessória. Tratando-se de fato inserido dentro da linha de desdobramento de tarefas e atos relativos à própria produção, não há como se entender que, ao mesmo tempo, que sejam serviços dispensáveis por constituírem meras atividades paralelas ao processo produtivo".

A decisão proíbe a montadora de contratar empresas terceirizadas para a realização de serviços ligados ao abastecimento de linhas de produção e a obriga a cumprir as normas referentes a períodos de descanso e jornada de trabalho. Já a SG não poderá mais fornecer mão de obra para funções que constituam atividade-fim da Volkswagen.

Portal da UGT

Sindicato dos Atletas de SP cobra segurança e apoia paralisação do Campeonato Paulista

O Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo (Sapesp), entidade filiada à UGT, apoia a paralisação do Campeonato Estadual após a invasão ocorrida no último final de semana no Centro de Treinamento Dr. Joaquim Grava, do Sport Clube Corinthians Paulista. O presidente do

Sapesp, Rinaldo Martorelli, informou nesta segunda-feira, dia 3, que está solicitando uma audiência de urgência como o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Fernando Grella Vieira.

"O Sindicato está de acordo com a paralisação do campeonato para garantir a segurança dos jogadores, para tanto espera que os atletas ligados ao Bom Senso FC se mobilizem e também definam dessa forma. É a única maneira em que a classe pode chamar atenção para esse fato tão grave. Nesta situação há dois entes responsáveis pela preservação da integridade física do atleta, o empregador e o poder público e é deles que temos que cobrar providências. No passado, ocorreram outros acontecimentos com ameaças e agressões, atos que refutamos com veemência. No caso da invasão ao Centro de Treinamento do Corinthians houve a ocorrência de vários delitos que merecem punição exemplar. De nossa parte estamos em contato com o poder público, que verdadeiramente pode resolver o problema responsabilizando criminalmente os agressores, não dá para aceitar outra resposta. Nosso apoio aos jogadores é irrestrito", declarou o presidente Rinaldo Martorelli.

Agência Brasil, 05/02/14

Correios pedem suspensão de greve

Marcelo Brandão – Repórter da Agência Brasil Edição: Fábio Massalli

Os Correios informaram no final da tarde de hoje (4) que solicitaram ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) a suspensão da paralisação iniciada no final de janeiro por seus funcionários. A empresa ingressou com ação cautelar pedindo o fim da paralisação e garantia de efetivo mínimo em cada unidade. A paralisação será julgada pelo ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os funcionários dos Correios iniciaram uma paralisação parcial no dia 29 de janeiro alegando que a administradora do plano de saúde oferecido pela empresa, a Postal Saúde, estava cobrando por serviços médicos. A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) divulgou em seu *site* a nota fiscal de um funcionário que teria sido cobrado por atendimentos médicos, além de citar casos de outros empregados que também teriam pago por serviços em hospitais.

Em nota, os Correios informaram que o plano de saúde, CorreiosSaúde, não será privatizado e não cobrará nenhuma mensalidade de seus beneficiários. A empresa informou ainda que a Postal Saúde é uma "caixa de assistência, patrocinada e mantida pelos Correios", registrada na Agência Nacional de Saúde (ANS) e com política e diretrizes definidas por ela.

Diap, 05/02/14

RJ: servidores federais da saúde entram em greve

Servidores de hospitais federais do Rio de Janeiro entraram em greve nesta segunda-feira (3) contra o aumento da carga horária de 30 para 40 horas semanais com a implantação do ponto eletrônico nas unidades de saúde. De acordo com uma das diretoras do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social do Rio de Janeiro (Sindsprev-Rio), Lúcia Pádua, a decisão em assembleias realizadas na semana passada foi manter 30% do efetivo trabalhando, com atendimento aos casos mais graves.

Participam do movimento servidores dos hospitais federais do Andaraí, de Bonsucesso, Cardoso Fontes, Ipanema e da Lagoa. Também aderiram à greve servidores do estado, do Instituto Nacional do Coração (INC) e do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into).

"A decisão do Ministério da Saúde é inaceitável e contrária à humanização da saúde. Ela nos impõe jornada maior do que o funcionário da saúde pode suportar e reduz o salário, já que não vamos ter aumento para cumprir dez horas a mais", diz a diretora do sindicato. Outras reclamações dos servidores são que o aumento da carga horária prejudica o duplo vínculo e que ainda não é certo o que acontecerá com as horas excedentes contabilizadas pelo ponto eletrônico, que, segundo o sindicato, serão acumuladas em um banco de horas, prática mais comum em empresas privadas.

"Não somos contra o controle de frequência. Somos a favor. Somos contra essa forma que está sendo implementada". A greve foi convocada por tempo indeterminado. Manifestações ocorrerão nos hospitais ao longo da semana. No momento, servidores do Hospital Federal Cardoso Fontes realizam manifestação na autoestrada Grajaú-Jacarepaguá. A via foi fechada no sentido zona norte. Dezenas de pessoas participam do protesto, provocando congestionamento no trânsito local.

Muitos usam nariz de palhaço, apitos e gritam palavras de ordem contra o aumento da carga horária de 30 para 40 horas semanais.

Na porta do Hospital do Andaraí, cerca de 20 servidores distribuíam panfletos e adesivos contra o que consideram "privatização dos hospitais" e contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Uma enfermeira que preferiu não se identificar com medo de represálias criticou as condições de trabalho no hospital: "Há enfermagem sem ar condicionado e paciente que fica internado em cadeira no corredor. E a gente continua trabalhando neste canteiro de obras".

Na saída do hospital, pacientes relatavam que foram atendidos normalmente. Cristiane Felisbina levou o filho de cinco anos à unidade de saúde por causa de uma garganta inflamada: "Não sei se era grave, mas ele passou a noite toda com febre e viemos aqui. Foi tudo normal e sem demora". Maria de Lourdes Santos, de 70 anos, tinha uma consulta marcada com o cardiologista e também foi atendida. "Era uma consulta de rotina e não tive problema nenhum". (Fonte: *Agência Brasil*)

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos gaúchos paralisam a Marcopolo para melhorar as condições de trabalho sob calor intenso

Com a intransigência do sindicato patronal que não demonstrou interesse em realizar uma medida emergencial conjunta para melhorar as condições de trabalho dentro das empresas devido ao forte calor, o Sindicato dos Metalúrgicos está atuando nas empresas individualmente para tentar resolver os problemas específicos.

Na manhã desta terça-feira (04) realizou paralisações simultâneas nas duas unidades da Marcopolo – Ana Rech e Planalto. As atividades foram paralisadas por cerca de três horas. Os trabalhadores aceitaram voltar ao trabalho após a empresa marcar uma reunião com a diretoria do sindicato para o final da manhã para a discussão de soluções.

"Estamos discutindo uma questão de saúde. Sabemos o desgaste que o calor provoca, afeta e muito as condições de trabalho, inclusive facilitando os acidentes. As pausas são importantes para a reposição da energia, os patrões precisam compreender. Não há aqui nenhuma imposição, apenas uma reivindicação simples e justa que merece atenção e resolução imediata," destacou Jorge Rodrigues, diretor do Sindicato.

Rodrigues disse ainda que os trabalhadores estão sendo submetidos a condições desumanas nas últimas semanas dentro das fábricas, isso porque as empresas não estão preparadas para garantir as mínimas condições nas linhas de produção onde as temperaturas, em alguns locais, passam dos 60 graus.

"Queremos uma resolução imediata. A proposta de intervalos a cada 2 horas já amenizaria o problema e não afetaria a saúde do trabalhador que produziria melhor com um ambiente com condições de trabalho", salientou o diretor de Comunicação, Cleber Soares. Os trabalhadores estão indignados e o clima está cada vez mais quente. Caso os patrões não apresentem uma solução, os metalúrgicos podem parar.

Fonte: Portal CTB - 04/02/2014

Agência Brasil, 05/02/14

Produção industrial sobe 1,2% em 2013 apesar da queda em dezembro

Vinícius Lisboa, repórter da Agência Brasil Edição: José Romildo

Com a queda de 3,5% em dezembro ante novembro, a produção industrial brasileira teve crescimento de 1,2% nos doze meses de 2013, divulgou hoje (4) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado anual positivo, a indústria recupera parte das perdas acumuladas em 2012, quando houve retração de 2,5%, e supera a alta de 0,4% de 2011.

Para o coordenador da pesquisa, André Macedo, o ano de 2013 foi marcado por uma perda de ritmo no segundo semestre, e também no mês de dezembro: "Quando dividimos esse ano por semestres, temos um primeiro com a indústria avançando 2,2%. No segundo semestre, o ritmo é bem menos intenso, de 0,3%. E dezembro confirma uma produção industrial ao longo do segundo trimestre do ano com ritmo muito mais moderado", explica. Atribui parte da queda de dezembro à concessão de férias coletivas.

O recuo do último mês do ano passado foi o maior desde dezembro de 2008, que registrou - 12,2%. A produção industrial de dezembro também caiu se comparada a do mesmo mês de 2012, porém em uma taxa menor: -2,3%. Esse resultado levou o último trimestre a registrar resultados negativos, de -0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, e de -0,8% na comparação com o terceiro trimestre de 2013.

A queda na produção em dezembro foi constatada em 22 dos 27 ramos investigados. A principal influência negativa veio da indústria de veículos automotores, que caiu 17,5%, em grande parte devido às férias coletivas concedidas aos funcionários. Os ramos de máquinas e equipamentos (-6,2%), farmacêutica (-11,7%) e refino de petróleo e produção de álcool (-4,3%) foram outros que tiveram papel importante no recuo geral.

Na separação por categorias de uso, a pesquisa mostra que os bens de capital foram os que mais caíram, com uma taxa negativa de 11,6% ante novembro, apesar de registrar crescimento 1,8% na comparação com dezembro de 2012. O resultado dos bens de capital foi o pior desde janeiro de 2012, e, em dois meses, a categoria acumula perdas de 14,7%.

A categoria de bens de capital foi a principal responsável pela alta anual de 1,2%, já que acumulou crescimento de 13,3%. Os bens intermediários, por outro lado, não variaram, e os de consumo caíram 0,2%. "Foi a categoria que se destacou mais no ano de 2013 e termina o ano com uma perda de ritmo em sua produção", resumiu Macedo

Com retração de 3,9% em dezembro sobre novembro, os bens intermediários registraram a queda mais intensa desde dezembro de 2008, quando haviam recuado 12,2%. Na comparação com dezembro de 2012 também houve queda nessa categoria de uso, de 2,%,

Segundo Macedo, os bens de consumo tiveram queda tanto quando analisados os duráveis quanto os não duráveis e semiduráveis. No primeiro caso, o recuo de 3% anulou os ganhos dos últimos dois meses. Já para os semiduráveis e não duráveis, a queda chegou a 2,3% ante novembro, a menor entre todas as categorias de uso.

OPINIÓN - ESPAÑA

La indignidad del trabajo

Por Rafael Fernando Navarro

Rebanadas de Realidad - Madrid, 02/02/14.- Tuve un catedrático de ética que dejó huella en mi quehacer humano. El trabajo, decía, dignifica al ser humano porque es su aportación a la construcción de un mundo que continuamente debe ser conformado como casa de la humanidad. Ser hacedor del mundo mediante el trabajo le aporta una dimensión de grandeza al esfuerzo personal de cada trabajador. Utópico, le llamaban a D. Julio. Teórico, le decían. Influyó tanto en mí, que con el correr de los años, me honra que me tachen de teórico, de utópico. Es algo que siempre llevo en la frente, pero pertenece a la hermosa herencia que me dejó aquel catedrático de ética.

Después vino el encuentro con lo que muchos denominan la vida, la realidad. Y uno fue aprendiendo otra lección: el trabajo era una forma de ganarse el pan de cada día. Y era también una manera de sometimiento a un jefe en detrimento de la propia libertad.. Y nos enfrentamos a esa frase tan real, tan real, que hiere los ojos cuando se la mira de frente: "trabajar para otro" Nada de coadyuvar a la creación del mundo, al devenir del cosmos, de la historia, junto a los demás.. Es más exactamente colocarse debajo. La realidad consiste en engordar billeteras ajenas a base de doblar la espalda propia. Sí, es más bien la victoria de la realidad sobre la utopía. Mi profesor murió hace unos años. Yo sigo aquí, enfrentando la náusea sartriana, debatiendo la dualidad en que se erige mi historia personal, como tú con la tuya.

En estos momentos de estafa convertida en crisis, siento la orfandad que me produce su ausencia. Me gustaría poder quedar con él, tomar un café y pedirle que me abra caminos para regresar a sus enseñanzas, a mi urgencia personal y comunitaria para hacer del trabajo un elemento dignificante y volver así a aquella utopía laica pero bendita. La crisis, me diría, no ha producido la caída de los bancos. Por el contrario, la estafa de los bancos ha ocasionado la crisis, donde somos seres malditos, condenados por el capital. Y ahora, como siempre, pagan los más pobres.

Los países del sur de Europa se desangran. Hay una verdadera hemoptisis que extenua el organismo sureño. Son millones los europeos que no tienen trabajo, que no tienen posibilidad de conseguirlo, aunque se les consuma la vida en la angustia de su búsqueda. Una persona de cincuenta años no tiene futuro porque es considerado demasiado viejo. Un ciudadano de veinticinco no tiene futuro porque es demasiado joven. Eso han conseguido: arrancar el futuro del horizonte vital de la gente. Y cuando no se tiene futuro se está muerto, definitivamente muerto.

Se abre cada vez más el muro vergonzante entre los que más tienen y los que no tienen nada. Sólo les queda el hambre, la sanidad convertida en negocio, el dolor en mercancía, enseñanza subastada al mejor postor, el desahucio y la carencia de derechos elementales como la libertad de expresión o de manifestación. Los pobres son peligrosos. Cuantos menos derechos tengan, mejor.

Los gobiernos se han convertido en prestidigitadores que nos hacen ver horizontes de colores, pero horizontes como escombros de luz. Y se repite machaconamente que el dinero de los ricos es el que crea riqueza, cuando en realidad es el sudor del trabajador el que engorda las cuentas bancarias de unos pocos, porque estas siempre se nutren de lo que injustamente se detrae de las espaldas del de abajo. El trabajo es el que crea dinero. El empresario lo que hace es poner en el mercado ese dinero ganado para que le produzca más dinero. Debemos colocar a cada participante en el orden de salida que le corresponde.

Bruselas acaba de programar el futuro para los pueblos sureños. No habrá posibilidad de encontrar un trabajo que dignifique. Quien consiga un puesto de trabajo recibirá un sueldo tan exiguo que no le permitirá llevar una vida digna. Necesitará que los gobiernos suplementen esa percepción para poder más o menos comer. Es decir, la esclavitud se nos pone delante como meta y coordenada vital. Se convierte el hambre, la carencia de todo y el miedo en criterios para aceptar o rechazar ese puesto de esclavo. Un estómago que aúlla termina sometiéndose al chantaje miserable: esto es lo que hay y si no te sometes hay diez mil esperando su turno. Y si los gobiernos,

escudándose en situaciones espurias, aseguran que no pueden llenar ese complemento, trabajaremos, pero sin que ello suponga una vida con un mínimo de dignidad. Los empresarios no podrán ni siquiera acudir a aquella falsa aseveración que afirmaba que daban de comer a quince familias (cuando la verdad era que quince familias le daban de comer a él). Hasta hace poco trabajar por mil euros estaba mal visto. Ahora te ofrecen cuatrocientos y parece que te están haciendo un favor.

Y esto es lo que viene porque esto es lo que se han propuesto con este genocidio económico.

La historia necesita un giro copernicano. Mi viejo profesor siempre tuvo una ira contenida, envuelta en la paz de una sonrisa redentora. Hoy volvería a repetirme que las guerras las hacen los ricos, pero que las revoluciones sólo las hacen los pobres. Queda la esperanza como creación del futuro.

Organizado por Ernesto Germano